

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	29
2.7 Destinação de resultados	30
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	37
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	47
5.4 Alterações significativas	53
5.5 Outras informações relevantes	54

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar suas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e os principais fatores que explicam tais alterações.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Alpargatas acredita que apresenta situação financeira e patrimonial para implementar seus planos de negócios, pois possui forte geração de caixa.

A retração na Posição Financeira Líquida em 2022 deveu-se principalmente à intensificação dos investimentos estratégicos (CAPEX) relacionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, projetos de transformação digital e inovação e também maior investimento no capital de giro.

Em 2023, com foco na geração de caixa, a Companhia suspendeu investimentos não essenciais, reduziu drasticamente a produção e compra de matéria-prima, acelerando o processo de redução de estoques.

Em 2023, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida negativa de R\$551,2 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$934,4 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.485,6 milhões.

Em 2022, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida negativa de R\$612,3 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$663,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$1.275,3 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2021, a Companhia apresentava uma Posição Financeira Líquida positiva de R\$481,5 milhões, resultante do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras não circulante de R\$592,0 milhões, menos o saldo de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante de R\$110,5 milhões.

Adicionalmente à Posição Financeira Líquida, a Companhia faz o acompanhamento de sua condição financeira e patrimonial mediante o acompanhamento de determinados índices, conforme descritos abaixo. Os índices apresentados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices de Liquidez

A Companhia apresenta consistentes índices de liquidez, o que reflete a sua capacidade financeira de liquidar seus compromissos de curto e longo prazo.

- **Liquidez corrente:** ativo circulante ÷ passivo circulante.
- **Liquidez geral:** (ativo circulante + realizável a longo prazo) ÷ (passivo circulante + passivo não circulante).
- **Liquidez imediata:** disponível (caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras não circulante) ÷ passivo circulante.

Índice de endividamento

Índice de endividamento: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ total do ativo, mede a proporção de ativos totais da empresa financiada por terceiros.

Dívida de curto prazo sobre dívida total

Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total: passivo circulante / (passivo circulante + passivo não circulante).

Índices de rentabilidade

- **Margem bruta:** lucro bruto ÷ receita operacional líquida
- **Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas:** EBITDA Ajustado Operações Continuadas ÷ receita operacional líquida
- **Margem líquida de operações continuadas:** lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ÷ receita operacional líquida

A seguir, apresentamos os índices de liquidez, de endividamento e rentabilidade para os períodos indicados:

Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
<u>Índices de Liquidez</u>			
Liquidez corrente	3,2	2,5	0,8
Liquidez geral	1,4	1,5	0,8
Liquidez imediata	0,9	0,4	0,1
<u>Índices de endividamento</u>			
Índice de endividamento	41,1%	32,2%	56,8%
Dívida de curto prazo sobre dívida total	37,9%	54,6%	94,0%
<u>Índices de rentabilidade</u>			
Margem bruta	40,1%	46,1%	49,6%
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	-36,3%	13,2%	19,0%
Margem líquida de operações continuadas	-50,0%	4,4%	16,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, os índices de liquidez foram impactados pelo reconhecimento no passivo circulante do contas a pagar de R\$2,4 bilhões, equivalente a US\$423 milhões, referente aquisição de participação societária na Rothy's. A Companhia utilizou os recursos líquidos da oferta pública de distribuição primária de ações de sua emissão, conforme divulgado em Fato Relevante datado de 10 de fevereiro de 2022, para financiar o pagamento da aquisição de participação societária da Rothy's. Essa captação compensou o impacto nos índices de liquidez da Companhia verificados em 31 de dezembro de 2021.

(b) estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações. Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	(127,4)	(256,2)	(107,9)
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	(1.358,2)	(1.019,1)	(2,6)
Total de Empréstimos e Financiamentos	(1.485,6)	(1.275,3)	(110,5)
(-) Caixa, equivalente de caixa e Aplicações financeiras não Circulante	934,4	663,0	592,0
(=) Posição Financeira Líquida	(551,2)	(612,3)	481,5
Patrimônio líquido	3.727,5	5.759,8	3.467,2
Participação de capital de terceiros*	41,1%	32,2%	56,8%
Participação de capital próprio **	58,9%	67,8%	43,2%

* Participação de capital de terceiros: (passivo circulante + passivo não circulante) ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

** Participação de capital próprio: patrimônio líquido ÷ (passivo total + patrimônio líquido)

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os valores de EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram:

R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
EBITDA Ajustado Operações Continuadas ⁽¹⁾	(1.355,7)	550,5	750,0
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	-36,3%	13,2%	19,0%

(1) Para mais informações sobre o EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

Considerando o nível de endividamento de curto prazo, e a geração de caixa, entendemos que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia é altamente satisfatória.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- a geração operacional de caixa;
- contratação de NCE, no valor de R\$ 200MM, com taxa de CDI + 1,47% a.a., com a finalidade de aplicação na produção de bens ou serviços a serem exportados. O vencimento desta operação ocorrerá em setembro de 2025.
- Contratação de linha BNDES Exim Pré-Embarque, no valor de US\$ 30MM, ao mesmo tempo foi realizada contratação de Swap, convertendo os encargos financeiros de VC + 6,07% a.a. para CDI + 1,40% a.a. O vencimento está previsto para julho de 2027. O valor destina-se à produção de bens direcionados à exportação.
- A linha de crédito “Resolução 4131” contratada em 2022, que possuía o saldo remanescente de R\$ 150MM foi liquidada em 28 de setembro de 2023.

Quanto às empresas subsidiárias:

- Em janeiro de 2023, Alpargatas Europe S. L. U realizou a contratação de linha de crédito “*revolving*” no valor de EUR 8MM com o Bank of America, com prazo de vencimento em 12 meses. Em março houve uma contratação no valor de EUR 2MM com o CaixaBank S.A., e prazo de 12 meses, com a finalidade de resguardar as necessidades de caixa durante a baixa temporada. A linha de crédito de EUR 7MM contratada em 2020 com o Bankinter foi renovada por mais 12 meses;
- a linha de crédito de capital de giro (*working capital*) de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada por mais 12 meses;
- a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a renovação da linha de crédito “*revolving*” por mais 12 meses, e aumentou o limite total para US\$ 20MM, a fim de suportar seu capital de giro.

Em 2022, as principais fontes de financiamento para capital de giro e reforço do caixa foram:

- a geração operacional de caixa;
- contratação de financiamentos destinados a investimentos diversos para modernização das plantas industriais (projeto ILEP) com o Banco do Nordeste (BNB), no valor de R\$ 223MM com taxa média de IPCA + 2,55% a.a. e prazo de até dez anos. O valor total da operação poderá chegar a R\$ 435MM;
- realização da 2ª(segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries. O valor total da Emissão foi de R\$ 800MM, sendo R\$ 550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com taxa de CDI + 1,35% a.a e com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e R\$ 250MM correspondente às Debêntures da segunda série, com taxa de CDI + 1,50% a.a. e com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios;
- contratação de operação de financiamento em moeda estrangeira (nos termos da Resolução n.º 4.131) no valor de R\$ 450MM, com contratação de swaps para a taxa média de CDI + 1,32% a.a. Estas linhas foram captadas e liquidadas no ano de 2022, com exceção da linha de R\$ 150MM com o Citibank.

Quanto às empresas subsidiárias:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- a linha de crédito de capital de giro (*working capital*) de Alpargatas Trading (Shanghai) foi renovada, e o montante total aumentado para CNY 30MM com vencimento em julho de 2023;
- em julho de 2022, a subsidiária Alpargatas USA Inc. - Estados Unidos realizou a contratação de uma linha de crédito *revolving*, com o valor máximo de US\$ 5MM, a fim de suportar seu capital de giro. Esta linha tem vencimento em julho de 2023;
- a linha de crédito de Alpargatas Europe S. L. U foi renovada e aumentou o montante para EUR 7MM com vencimento em março de 2023.

Em 2021, a geração de caixa operacional foi a principal fonte de capital de giro da Companhia. Além disso, a linha NCE contratada em 2020 pela Controladora, que possuía o saldo remanescente de R\$ 20 MM, foi liquidada em 15 de janeiro de 2021.

Quanto às empresas subsidiárias:

- as linhas de empréstimos foram renovadas, e a Alpargatas Trading (Shanghai) aumentou o montante da linha de crédito de capital de giro (*working capital*), passando de R\$ 2,7MM em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 26,4MM em 31 de dezembro de 2021.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Historicamente, a geração de caixa operacional tem sido a principal fonte de capital de giro da Companhia, razão pela qual não há previsão de utilização de outras fontes de financiamento para cobertura de deficiência de liquidez. Apesar disso, a Companhia acredita que o relacionamento bancário construído com seus principais credores, seu perfil de alavancagem, o perfil de longo prazo da dívida financeira e o perfil de geração de caixa operacional, permitirão à Companhia acessar linhas de crédito para suprir eventuais necessidades de capital.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento apresentava a seguinte composição:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Indexador e taxa média anual de juros	Consolidado 31/12/23 (R\$ milhões)
EM REAIS			
FNE (BNB)	R\$	6,85%	222,9
FINAME	R\$	5,99%	0,6
Debêntures	R\$	CDI + 1,40%	801,4
NCE	R\$	CDI + 1,47%	206,4
TOTAL EM REAIS			1.231,4
EM MOEDA ESTRANGEIRA			
BNDES Exim – Alpargatas S/A	USD	VC + 6,07%	150,2
<i>Working capital</i> Alpargatas Europe	EUR	Euribor 1M + 1,00%	0,3
<i>Working capital</i> Alpargatas Trading (Shanghai)	CNY	LPR + 0,45%	6,8
<i>Working capital</i> Alpargatas USA Inc. – Estados Unidos	USD	SOFR 3M + 1,8%	96,9
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA			254,2

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTAL GERAL			1.485,6
--------------------	--	--	----------------

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$1.485,6 MM, conforme apurado em 31 de dezembro de 2023:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	31/12/23	% total
CURTO PRAZO	127,4	8,6%
2024	127,4	8,6%
LONGO PRAZO	1.358,2	91,4%
2025	228,3	0,7%
2026 a 2028	904,8	60,9%
2029 em diante	225,1	15,2%
TOTAL	1.485,6	100%

Da dívida de curto prazo de R\$ 127,4MM, R\$ 23,4MM (18,4%) são em moeda nacional. Os empréstimos de curto prazo em moeda estrangeira no valor de R\$ 104MM (81,6%), os valores financiam o capital de giro da Controladora e das subsidiárias Alpargatas Europe S. L. U, Alpargatas Trading (Shanghai) e Alpargatas USA Inc.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em dezembro de 2022 a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries. A Emissão foi composta por 800.000 Debêntures em até duas séries. O valor total da Emissão é de R\$ 800MM, sendo R\$ 550MM correspondentes às Debêntures da primeira série, com prazo de vencimento de cinco anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2027, e R\$ 250MM correspondentes às Debêntures da segunda série, com prazo de vencimento de sete anos contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 12 de dezembro de 2029. Quanto a Remuneração das Debentures, sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 1ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,35% a.a., base 252 dias úteis. E sobre o valor/saldo nominal das Debêntures de 2ª série incidirão juros remuneratórios equivalentes à CDI + 1,50% a.a., base 252 dias úteis. A remuneração deverá ser paga semestralmente a partir da Data de Emissão das Debêntures de Primeira e Segunda Série, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de junho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 12 (doze) dos meses de junho e dezembro, até a data de vencimento das Debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados por meio da Emissão será destinada para amortização, conforme o caso, de dívidas, financiamento de capital de giro e gestão ordinária dos seus negócios. Para mais informações sobre as debêntures, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

FNE – Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Em julho de 2022 a Controladora realizou a tomada de financiamento para reembolso de investimentos, no valor de R\$ 53.9MM, perante o Banco do Nordeste do Brasil S.A, pelo prazo de até 96 meses, destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, mediante a constituição de garantia por meio de carta fiança. Os desembolsos são realizados a partir da comprovação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeira da aquisição dos equipamentos, tendo sido a primeira liberação em setembro de 2022 no valor de R\$ 19.2MM.

A Companhia realizou em 7 de outubro de 2022, a tomada de financiamento no valor de R\$ 204MM junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. O financiamento tem prazo de até 120 meses para amortização com 2 anos de carência para início do pagamento do principal. Os recursos são destinados a investimentos diversos para modernização das plantas industriais (projeto ILEP).

FINAME

Os financiamentos referentes à FINAME, que foram captados pela controladora entre 2010 e 2014, como objetivo de financiar equipamentos utilizados pela Companhia a fim de melhorar e aumentar a produção. O prazo médio das operações contratadas foi de 96 meses e estes financiamentos são amortizados mensalmente. O saldo devedor deste empréstimo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 0,6MM com vencimento em 2024.

NCE

Em setembro de 2023, a controladora realizou a contratação de NCE, no valor de R\$ 200MM, com taxa de CDI + 1,47% a.a, perante o Banco do Bradesco S.A., com a finalidade de aplicação na produção de bens ou serviços a serem exportados. O pagamento de juros ocorrerá semestralmente a contar da data de emissão, e a amortização do valor principal ocorrerá no vencimento da operação, em setembro de 2025.

BNDES Exim Pré-Embarque

Em julho de 2023, a controladora realizou a contratação da linha BNDES Exim Pré Embarque, no valor de US\$ 30MM perante o banco Safra. Ao mesmo tempo foi realizada a contratação de Swap, convertendo os encargos financeiros de Variação Cambial + 6,07% a.a. para CDI + 1,40% a.a. O pagamento dos juros deverá ocorrer trimestralmente a partir da data de início do contrato e a amortização do principal ocorrerá mensalmente a partir de agosto de 2026 até o vencimento, em julho de 2027. O valor destina-se à produção de bens direcionados à exportação.

(ii) Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Além das fianças que suportam os financiamentos de longo prazo mencionados anteriormente, a Alpargatas também possui fianças bancárias diversas por tempo determinado e indeterminado que suportam ações judiciais trabalhistas e tributárias, e contratos de compra de energia. O quadro abaixo demonstra os valores das fianças bancárias em 31 de dezembro dos respectivos anos:

Modalidade	2023 (R\$ Milhões)	2022 (R\$ Milhões)	2021 (R\$ Milhões)
Trabalhista	0	1,2	1,2
Tributária	0,9	0,9	0,9
Energia	0,6	0	0
TOTAL	1,5	2,1	2,1

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nenhuma das dívidas da Companhia, nos exercícios sociais nos últimos três exercícios sociais, possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (vi) créditos subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura das Debêntures conta com uma cláusula financeira restritiva (*covenant* financeiro) verificada trimestralmente que prevê que não será permitido à Alpargatas distribuir e/ou pagar dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no Art. 202 da Lei das S.A., caso a Companhia descumpra o seguinte índice financeiro em 2 (duas) medições consecutivas ou 3 (três) medições alternadas: Dívida Líquida/EBITDA normalizado igual ou inferior a 3 (três) sob pena de vencimento antecipado das obrigações da Alpargatas S.A. referentes às Debêntures. Nos termos da Escritura das Debêntures, a próxima verificação do atendimento ao índice financeira será realizada em até 28 de abril de 2023.

Para fins de definição entende-se por: (i) Dívida Líquida a Dívida financeira da emissora menos as disponibilidades de caixa e equivalentes (ou seja, somatório do caixa e aplicações financeiras) e (ii) “EBITDA” normalizado que é o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, ajustado conforme artigo 4º da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

Além deste *covenant* financeiro, os contratos de dívida da Companhia possuem outras restrições em relação à alienação de ativos, redução de capital social (exceto para absorção de prejuízos), reorganização societária (cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações) envolvendo a Companhia e à alienação de controle societário e a mesma encontra-se em situação de conformidade com relação a estas cláusulas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

As liberações das tranches relativas aos contratos de financiamento de FNE são condicionadas à comprovação prévia dos gastos com os projetos em questão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados, conforme mencionado no Item 2.1 (f) (i).

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeiro (“Internacional Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board - IASB.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Demonstração de Resultado (em R\$ milhões)	2023		2022		2021		Variação 2023/2022	Variação 2022/2021
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.734,1	100,0%	4.181,9	100,0%	3.948,6	100,0%	-10,7%	5,9%
Custo dos produtos vendidos	(2.237,9)	-59,9%	(2.254,2)	-53,9%	(1.991,9)	-50,4%	-0,7%	13,2%
LUCRO BRUTO	1.496,2	40,1%	1.927,7	46,1%	1.956,6	49,6%	-22,4%	-1,5%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(1.218,9)	-32,6%	(1.194,7)	-28,6%	(1.110,5)	-28,1%	2,0%	7,6%
Despesas gerais e administrativas	(232,3)	-6,2%	(190,4)	-4,6%	(168,4)	-4,0%	22,0%	13,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(422,0)	-11,3%	(185,9)	-4,4%	-	-	127,0%	-
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(1.612,0)	-43,2%	(155,7)	-3,7%	(58,5)	-1,5%	935,4%	166,1%
	(3.485,2)	-93,3%	(1.726,6)	-41,3%	(1.337,4)	-33,9%	101,9%	29,1%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(1.989,0)	-53,3%	201,1	4,8%	619,2	15,7%	-1089,0%	-67,5%
Receitas financeiras	98,1	2,6%	112,5	2,7%	49,6	1,3%	-12,9%	126,8%
Despesas financeiras	(187,6)	-5,0%	(90,9)	-2,2%	(30,4)	-0,8%	106,3%	199,2%
Variação cambial líquida	(6,4)	-0,2%	241,2	5,8%	76,0	1,9%	-102,7%	217,5%
Ganhos em operações com derivativos	-	-	-	-	4,7	0,1%	0,0%	-100,0%
Perdas em operações com derivativos	-	-	(193,0)	-	(4,6)	-0,1%	-100,0%	4114,8%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.084,9)	-55,8%	271,0	6,5%	714,5	18,1%	-869,5%	-62,1%
Imp. Rend e contribuição social – corrente	7,2	0,2%	(17,5)	-0,4%	6,0	0,2%	-141,1%	-393,5%
Imo.Renda e contribuição social – diferido	210,2	5,6%	(69,7)	-1,7%	(57,9)	-1,5%	-401,5%	20,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(1.867,5)	-50,0%	183,7	4,4%	662,6	16,8%	-1116,4%	-72,3%
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas	-	0,0%	(75,2)	-1,8%	30,0	0,8%	-100,0%	-351,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.867,5)	-50,0%	108,5	2,6%	692,6	17,5%	-1820,7%	-84,3%

Receita operacional líquida:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida foi de R\$3.734,1 milhões, inferior em 10,7% ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$4.181,9 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi R\$2.753,2 milhões, uma redução de 7,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$2.974,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela queda no volume de vendas.
- No entanto a receita do segmento de Operações Internacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi R\$973,6 milhões, uma redução de 19,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando foi de R\$1.207,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente pela queda no volume de vendas devido à problemas logísticos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida foi de R\$4.181,9 milhões, alta de 5,9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$3.948,6 milhões. Essa variação é explicada pelos resultados obtidos nos nossos segmentos operacionais abaixo:

- A receita do segmento de Operações Nacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$2.974,2 milhões, um crescimento de 10,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$2.703,7 milhões. Essa variação decorreu, devido iniciativas de aumento de preços, melhor mix e ganho de market share.
- No entanto a receita do segmento de Operações Internacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi R\$1.207,7 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando foi de R\$1.244,8 milhões. O impacto cambial negativo pela valorização do real frente às principais moedas (euro e dólar) que compõe as receitas no mercado externo, superou o crescimento no volume e na receita de vendas em moeda constante.

Custo dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.237,9 milhões, representando 59,9% da Receita operacional líquida do mesmo exercício com um aumento de 6,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.254,2 milhões. Ao longo de 2023, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Custo dos produtos vendidos foi de R\$2.254,2 milhões, representando 53,9% da Receita operacional líquida do mesmo exercício e um aumento de 3,5p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o Custo dos produtos vendidos foi de R\$1.991,9 milhões. A inflação pressionou o aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação, além disto ocorreu um acúmulo nos estoques de matéria-prima e produtos acabados o que gerou custos adicionais de armazenagem (inclusive com aluguel de CDs externos) e provisões para baixas de produtos fora de linha e matéria-prima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Bruto:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Lucro Bruto foi de R\$1.496,2 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) de 40,1% e uma redução de 6,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.927,7 milhões, representando Margem Bruta de 46,1%. Ao longo de 2023, apesar dos esforços na otimização fabril e queda no custo de matéria prima, a Companhia incorreu em custos adicionais que incluem *write-offs* de matérias-primas e produtos acabados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Lucro Bruto foi de R\$1.927,7 milhões, representando uma Margem Bruta (calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Líquida) de 46,1% e uma redução de 3,5p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o Lucro Bruto foi de R\$1.956,6 milhões, representando Margem Bruta de 49,6%. A inflação pressionou o aumento do custo de aquisição das matérias primas e demais custos gerais de fabricação, além disto ocorreu um acúmulo nos estoques de matéria-prima e produtos acabados o que gerou custos adicionais de armazenagem (inclusive com aluguel de CDs externos) e provisões para baixas de produtos fora de linha e matéria-prima.

Despesas com vendas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Despesa com vendas foi de R\$1.218,9 milhões, representando 32,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 4,0p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a Despesa com vendas foi de R\$1.194,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, devido ao aumento de despesas com distribuição (frete e armazenagem), apesar dos esforços da Companhia na redução das despesas fixas de vendas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Despesa com vendas foi de R\$1.194,7 milhões, representando 28,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 0,5p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a Despesa com vendas foi de R\$1.110,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, devido ao aumento de time comercial, despesas com distribuição (frete, armazenagem e serviços logísticos) e marketing.

Despesas gerais e administrativas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$232,3 milhões, representando 6,2% da Receita operacional líquida e um aumento de 1,6p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$190,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de despesas com contratação de serviços de terceiros e custo rescisórios de posições executivas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas gerais e administrativas foram de R\$190,4 milhões, representando 4,6% da Receita operacional líquida e um aumento de 0,6p.p. em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Despesas gerais e administrativas foram de R\$168,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de despesas com contratação de serviços de terceiros relacionados a projetos de transformação digital e consultorias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras (despesas) operacionais, líquidas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as outras despesas operacionais foram de R\$1.612,0 milhões, representando um aumento de 935,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as outras despesas operacionais foram de R\$155,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela despesa com (i) impairments dos ágios referentes aos investimentos na Rothy's e loasys no valor de R\$1.192,2 milhões e (ii) provisão para perdas do contas a receber pela venda da ASAIC no valor de R\$268,7 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as outras despesas operacionais foram de R\$155,7 milhões, representando um aumento de 166,1% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as outras despesas operacionais foram de R\$58,5 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) pela contratação de consultorias relacionadas a gastos com M&A e serviços de BPO; (ii) despesas com provisão para reestruturação internacional e (iii) aumento de D&A como consequência do aumento de CAPEX.

Resultado de equivalência patrimonial:

Refere-se à participação no resultado da coligada Rothy's, adquirida em dezembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado de Equivalência Patrimonial foi de -R\$422,0 milhões, explicado por:

- reconhecimento de 49,2% do resultado da Rothy's equivalente a -R\$25,9 milhões,
- efeito de amortização de mais-valia de ativos (PPA) no valor de -R\$16,1 milhões,
- efeito de *impairment* da marca Rothy's no valor de -R\$372,5 milhões,
- ajuste de resultado do exercício anterior no valor de -R\$4,2 milhões, e
- diluição de participação (*Stock Option*) no valor de -R\$3,3 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado de Equivalência Patrimonial foi de -R\$185,9 milhões, explicado por:

- reconhecimento de 49,3% do resultado da Rothy's equivalente a -R\$93,0 milhões,
- efeito de amortização de mais-valia de ativos (PPA) no valor de -R\$67,5 milhões,
- diluição de participação (*Stock Option*) no valor de -R\$23,6 milhões, e
- ajuste do PPA no valor de -R\$1,8 milhões.

Receitas financeiras:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Receitas financeiras foram de R\$98,1 milhões, representando uma redução de 12,9% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Receitas financeiras foram de R\$112,5 milhões. Essa variação, em comparação ao exercício social encerrado em dezembro de 2022, decorreu principalmente, (i) da menor receita de atualização de créditos tributários e de contas a receber pela venda de controladas (ASAIC e Osklen), no montante de R\$28,6 milhões e (ii) maior receita de aplicações financeiras e juros, no montante de R\$ 14,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Receitas financeiras foram de R\$112,5 milhões, representando um aumento de 126,8% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Receitas financeiras foram de R\$49,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da maior receita em comparação ao exercício social encerrado em dezembro de 2021 (i) de atualização de créditos tributários e de contas a receber pela venda de controladas (ASAIC e Osklen), no montante de R\$36,3 milhões e (ii) de aplicações financeiras, no montante de R\$ 29,3 milhões.

Despesas financeiras:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Despesas financeiras foram de R\$187,6 milhões, representando um aumento de R\$96,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando as Despesas financeiras foram de R\$90,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de (i) acréscimo em despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$124,8 milhões; menor despesas com (ii) descontos concedidos por antecipação de recebíveis no valor de R\$13,8 milhões; (iii) impostos sobre receitas/operações financeiras no valor de R\$8,5 milhões e (iv) juros passivos no valor de R\$7,4 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas financeiras foram de R\$90,9 milhões, representando um aumento de R\$60,5 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando as Despesas financeiras foram de R\$30,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, de acréscimo em despesas com (i) descontos concedidos por antecipação de recebíveis no valor de R\$11,3 milhões; (ii) juros sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$24,6 milhões; (iii) impostos sobre receitas/operações financeiras no valor de R\$11,6 milhões e (iv) juros passivos no valor de R\$8,8 milhões.

Variação cambial líquida:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Variação cambial líquida foi uma despesa de R\$6,4 milhões, representando um aumento de 102,7% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a Variação cambial líquida foi uma receita de R\$241,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) do menor impacto negativo, no montante de R\$28,3, referente a desvalorização do dólar/euro sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas e (ii) da receita de variação cambial, auferida em 2022, no montante de R\$275,9 milhões referente a atualização do saldo a pagar pela aquisição da participação societária na Rothy's em dezembro de 2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Variação cambial líquida foi de R\$241,2 milhões, representando um aumento de 217,5% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a Variação cambial líquida foi de R\$76,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) do impacto negativo da desvalorização do dólar/euro sobre o saldo de contas a receber (exportações), líquido do saldo de contas a pagar (importações, royalties, empréstimos e mútuo) nestas moedas e (ii) da receita de variação cambial no montante de R\$275,9 milhões referente a atualização do saldo a pagar pela aquisição em dezembro de 2021 da participação societária na Rothy's.

Perda em operações com derivativos:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de R\$193,0 milhões com derivativos deveu-se à contratação de instrumento financeiro de hedge para compensar a variação cambial do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de Renda e contribuição social:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$217,4 milhões, representando uma variação de R\$304,6 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando a despesa de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$87,2 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela (i) alteração na base cálculo, líquida da despesa de impairment dos ágios sobre investimentos na Rothys e loasys, gerando uma receita de IRCS no montante de R\$395,6 milhões e (ii) perda de R\$80,3 milhões pelo não reconhecimento de receita de IRCS sobre a despesa de equivalência patrimonial (Rothy's).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de R\$87,2 milhões, representando um aumento de R\$35,3 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando a receita de Imposto de Renda e contribuição social foi de R\$51,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela (i) redução da base cálculo, gerando menor despesa de IRPJ no montante de R\$87,6 milhões; (ii) ausência em 2022 do benefício por distribuição de juros sobre capital próprio, reconhecido em 2021 no montante de R\$35,0 milhões; (iii) perda de R\$49,6 milhões por não reconhecer em 2022 a receita de imposto diferido e equalização de taxas das subsidiárias no montante de R\$34,3 milhões e em 2021 a despesa de imposto diferido e equalização de taxas no montante de R\$15,3 milhões; (iv) ausência em 2022 do reconhecimento de crédito de Imposto de renda e contribuição social sobre Selic de débitos tributários, reconhecido em 2021 no montante de R\$47,5 milhões e (vi) ganho superior em 2022 no montante de R\$8,8 milhões referente incentivos fiscais de ICMS e IRPJ.

R\$ milhões	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.084,9)	271,0	714,5
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	708,9	(92,1)	(242,9)
Resultado de equivalência patrimonial	(143,5)	(63,2)	-
Benefício dos juros sobre o capital próprio	-	-	35,0
Subvenção para investimento - ICMS	86,0	78,0	73,3
Impairment ágio da loasys e Rothy's	(405,3)	-	-
Subvenção fiscal federal - IRPJ	-	-	19,0
Prejuízo fiscal não constituído e ajustes de equalização de taxas de controladas	(37,3)	(34,4)	17,2
Créditos de IR/CS sobre SELIC de débitos	1,9	1,5	49,0
Crédito fiscal por equalização de taxa de operação descontinuada	-	23,7	(1,8)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	6,7	(0,7)	(0,6)
Total despesa com imposto de renda e contribuição social	217,4	(87,2)	(51,9)
Alíquota Efetiva	10,4%	32,2%	7,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado das operações descontinuadas

Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A - Osklen

Em novembro de 2021, a Companhia celebrou com a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A contrato para alienação da totalidade de sua participação na Osklen, correspondente a 60% do capital social da Osklen. O valor de venda está condicionado ao atingimento pela Osklen de determinadas métricas de desempenho nos exercícios de 2022 e 2023. No exercício de 2022 e 2023 essas métricas de desempenho não foram atingidas.

Mizuno

Em 21 de setembro de 2020, a Companhia celebrou com a Vulcabras Azaleia – CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. (“Comprador”) um contrato de compra e venda para alienação de 100% da unidade de negócio relativa à operação da marca “Mizuno” no Brasil. Durante o segundo trimestre de 2021, a Companhia efetuou a conclusão da venda da operação de Mizuno e com isso, efetuou a baixa dos saldos patrimoniais relacionados a esta operação.

R\$ milhões	2023	2022	2021
Operação Mizuno	-	(1,7)	(21,1)
Terras de Aventura Ind. Artigos esportivos S/A - Osklen	-	(73,5)	51,1
Resultado das operações descontinuadas	-	(75,2)	30,0

FLUXO DE CAIXA:

R\$ milhões	2023	2022	2021	Variação	
				2023/2022	2022/2021
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	371,6	(638,2)	778,0	1.009,7	(1.416,2)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(279,6)	(2.796,5)	(685,8)	2.516,9	(2.110,7)
Caixa líquido captado (utilizado) nas atividades de financiamento	184,7	3.509,8	(211,5)	(3.225,1)	3.721,3
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1,6)	(10,8)	9,5	9,2	(20,3)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	275,0	64,3	(109,8)	210,7	174,2
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	647,5	583,2	693,0	64,3	(109,8)
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	<u>922,5</u>	<u>647,5</u>	<u>583,2</u>	<u>275,0</u>	<u>64,3</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	275,0	64,3	(109,8)	210,7	174,2

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do caixa e equivalentes de caixa teve um acréscimo em R\$275,0 milhões ante ao mesmo período de 2022, principalmente (i) por geração de caixa das atividades operacionais em R\$371,6 milhões, principalmente pela redução do capital de giro, líquida do pagamento de encargos sobre empréstimos e financiamentos; (ii) investimento em imobilizado e intangível (Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, que visa a ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria no nível de serviço), projeto de transformação digital, inovação e outros no montante de R\$332,0 milhões e (iii) captação de empréstimos e financiamento, líquido do pagamento de principal no montante de R\$221,0 (principalmente pela contratação de NCE – Nota de Crédito à Exportação).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa e equivalentes de caixa teve um acréscimo em R\$64,3 milhões ante ao mesmo período de 2021, principalmente (i) por consumo de caixa das atividades operacionais em R\$638,2 milhões, principalmente por investimento no capital de giro e pagamento de derivativos de hedge para compensar a variação cambial do contas a pagar da Rothys; (ii) pagamento de R\$2.130,1 pela compra de loasys e Rothys; (iii) investimento em imobilizado e intangível (Programa de Excelência em Manufatura e Logística – ILEP, que visa a ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria no nível de serviço), projeto de transformação digital, inovação e outros no montante de R\$701,0 milhões; (iv) captação de empréstimos e financiamento, líquido do pagamento de principal no montante de R\$1.171,1 (principalmente pela emissão de debêntures); (v) pagamento de R\$89,3 milhões de juros sobre capital próprio e dividendos e (vi) captação de R\$2.451,2 milhões de pela oferta de ações restritas, líquida dos custos da oferta.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelas vendas no mercado interno, em sua maioria para clientes varejistas de calçados e atacadistas, e pelas vendas no mercado externo realizadas pelas operações próprias nos Estados Unidos, Europa, China, Índia e na Colômbia, além das exportações diretas. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais onde as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram em 2032. O valor dessas subvenções registradas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$253,3 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o valor dessas subvenções foi de R\$224,9 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$216,6 milhões.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$1.818,4 milhões, sendo principalmente (i) R\$1.192,2 milhões de despesas com *impairments* dos ágios referente aos investimentos na Rothy's e loasys; (ii) R\$372,5 milhões de despesa com *impairment* da marca Rothy's, incluída na despesa de equivalência patrimonial; (iii) R\$268,7 milhões de despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC; (iv) R\$30,8 milhões de gastos com simplificação da estrutura; (v) R\$20,8 milhões de despesa com baixa de intangível relacionada a sistemas; (vi) R\$20,9 milhões de despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial – Masterplan; (vii) R\$22,7 milhões de despesas com consultorias e (viii) R\$124,6 milhões de receita de imposto de renda e contribuição social relacionadas às despesas não recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado operacional despesas não usuais e com característica de não recorrentes no montante de R\$55,7 milhões, sendo principalmente (i) R\$44,6 milhões de despesas relacionadas a produtos fora de linha, que não serão vendidos nos EUA e China, dada a reestruturação comercial nesses países; (ii) R\$31,4 milhões relativo à despesas com reestruturação na região EMEA/APAC que incluiu desligamento de pessoal, por simplificação de estrutura e mudança do parceiro logístico na Europa; (iii) R\$33,4 milhões com despesas de M&A (Rothy's); (iv) R\$17,9 milhões de despesas com reestruturação de serviço de terceiros – centro de serviços compartilhados; (v) R\$6,2 milhões de despesas de baixa de ativos em função do projeto de reconfiguração industrial – Masterplan e (vi) R\$82,9 milhões de receita com variação cambial (R\$275,9), líquida de despesas com instrumento financeiro de hedge (R\$193,0) referente à atualização do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o ganho tributário de R\$52,3 milhões referente ação judicial que discute a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização monetária pela taxa Selic de débitos tributários e R\$59,0 milhões de receita de variação cambial relativa à atualização do contas a pagar pela aquisição da Rothy's.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Alpargatas é impactada diretamente pelo volume de vendas, modificação de

2.2 Resultados operacional e financeiro

preços e lançamento de coleções de produtos.

Em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida apresentou um decréscimo de 10,7% em relação ao ano de 2022, devido a:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de -15,7%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 4,8%;
- Impacto cambial positivo de 0,2%

Em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 5,9% em relação ao ano de 2021, devido ao:

- Volume de vendas em queda, gerando um impacto de 6%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 17,3%;
- Impacto cambial negativo de 5,4%, principalmente em razão da valorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 25,6% em relação ao ano de 2020, devido ao:

- Volume de vendas cresceu, gerando um impacto de 13%;
- Aumento de preço e melhor mix (produto, região e canais) em 8,1%;
- Impacto cambial positivo de 4,3%, principalmente em razão da desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, moedas que compõem as receitas das operações no mercado externo.

(c) Impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O câmbio e o preço das commodities têm parcela significativa no comportamento dos preços das matérias-primas utilizadas pela Companhia, principalmente a borracha sintética, principal insumo para a fabricação de sandálias, que tem o preço atrelado ao dólar.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o impacto do câmbio causou: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$6,8 milhões, representado variação de 0,2%; e (ii) redução de R\$13,5 milhões no custo das matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto do câmbio causou: (i) redução na receita operacional líquida de R\$68 milhões, representando decréscimo de 1,7%; e (ii) redução de R\$29 milhões no custo das matérias primas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 se comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o impacto do câmbio causou: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$38 milhões, representando acréscimo de 1,2%; e (ii) acréscimo de R\$36 milhões no custo das matérias primas.

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e de 2021, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ milhões	2023	2022	2021
Ativo			
Recebíveis de exportação	9,6	14,7	37,9
Contas a receber de clientes	250,5	278,8	217,2
Total do ativo	260,1	293,5	255,1
Passivo			
Fornecedores	10,2	124,3	163,5
"Royalties" a pagar	9,2	10,3	14,2
Contas a pagar pela aquisição de empresa (Rothy's)	-	-	2.360,6
Total do passivo	19,4	134,6	2.538,3
Exposição líquida	240,7	158,9	2.283,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Total da exposição	240,7	158,9	2.283,1

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, "royalties", contas a pagar por aquisição de participação societária e saldos em bancos de recebíveis de exportação em moeda estrangeira.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes não contiveram ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, a introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societária

Aquisição da Rothy's

Em dezembro de 2021, a Companhia adquiriu 49,90% de participação societária da Rothy's Inc. ("Rothy's"), que atua na fabricação e comercialização de calçados e acessórios com sede na Califórnia, Estados Unidos da América.

A Rothy's é uma empresa focada em sustentabilidade na fabricação de seus produtos, transformando materiais reciclados em calçados, bolsas e acessórios modernos. Com uma cadeia de suprimentos verticalmente integrada, a Rothy's minimiza o desperdício em seu processo de produção ("tricotando" cada produto) em sua fábrica em Dongguan, China. Com mais de 2.000 clientes, os produtos da Rothy's são vendidos diretamente online e por meio de lojas monomarca. A Rothy's foi reconhecida por premiações que incluem TIME Most Influential Companies, Fast Company Most Innovative Companies, Forbes Next Billion-Dollar Startups e Inc. Best Places to Work. Com sede em São Francisco, CA, com escritórios em Nova York, NY e Xangai, China.

A transação foi formalizada nas seguintes etapas:

- (i) Primeiro closing de aquisição primária no valor de US\$50, equivalentes a R\$286, pagos pela Companhia, em dezembro de 2021.
- (ii) Segundo closing de aquisição primária no valor de US\$150, equivalentes a R\$717,4 que ocorreu em março de 2022.
- (iii) Aquisição secundária no valor de US\$273,2 equivalentes a R\$1.367,5, ocorrida em maio de 2022, na qual a Companhia adquiriu ações, opções ou direitos de subscrição (warrants) dos acionistas vendedores da Rothy's.

A Companhia possui os direitos de um acionista minoritário relevante com indicação individual de quatro membros do conselho de administração, num total de nove membros.

Esta aquisição representou um passo importante na aceleração da expansão global da Alpargatas e na consolidação de sua antiga estratégia em ser uma powerhouse de marcas desejadas e hiperconectadas, alinhada com seus quatro pilares estratégicos: global, inovadora, digital e sustentável. A Rothy's continuará operando de forma independente, e, conforme previsto nos Transaction Agreements, a Alpargatas terá um papel estratégico para acelerar o crescimento da base de clientes e ampliar o conhecimento da marca Rothy's nos Estados Unidos e nos mercados internacionais.

A Companhia possui ainda uma opção de compra da totalidade das ações da Rothy's, que poderá ser exercida, à critério da Alpargatas até dezembro de 2025. A fonte de recursos necessária para o pagamento da operação, foi proveniente, majoritariamente, da emissão de ações da Companhia.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve exercícios de stock-options detidas por executivos da Rothy's que fazem parte do programa de atração, retenção e alinhamento da Companhia. Como consequência desses exercícios, houve uma emissão de novas ações num montante total de 1,24% do número total de ações da Rothy's. Dessa forma, a participação da Alpargatas foi diluída de 49,90% para 49,29%.

Venda de participação na Osklen

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda, no qual se comprometeu a alienar toda a sua participação na Terras de Aventura Indústria de Artigos Esportivos S.A. ("Osklen") que corresponde a 60% do capital social da Osklen ("Operação"). Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu a operação de alienação da Osklen.

O preço da venda foi de R\$117,9 milhões para recebimento em 3 parcelas, sendo a primeira no primeiro aniversário do fechamento da Operação (esta parcela foi recebida no dia 03 de outubro de 2022) e as demais no segundo e terceiro aniversários do fechamento da Operação, sendo todas corrigidas pela variação positiva do CDI desde a data de celebração do Contrato até o pagamento de cada uma das parcelas.

Aquisição da loasys Desenvolvimento de Software Ltda. e da Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda.

Em 7 de maio de 2021, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% do capital social de loasys Desenvolvimento de Software Ltda. e Innovation Oasys Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (conjuntamente denominadas "loasys") mediante a assinatura do respectivo Contrato de Compra e Venda de Quotas e o pagamento da primeira parcela do preço, no montante de R\$89,2 milhões.

O valor remanescente do preço de até R\$110 milhões, será pago ao longo de 5 (cinco) anos, parte em dinheiro e parte em ações da Alpargatas, a critério da Companhia, sendo que uma parcela está atrelada ao atingimento de determinadas metas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía o saldo a pagar de R\$78,9 milhões no longo prazo.

Essa aquisição representou um importante passo na transformação digital da Alpargatas com foco na experiência do usuário.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, uma vez que não houve, nos três últimos exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis:

EBITDA, EBITDA Ajustado Operações Continuadas, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 junho de 2022, derivada de nossas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e consiste no lucro líquido do exercício, ajustado pelo resultado financeiro líquido (receitas financeiras, composta por rendimentos de aplicações financeiras, atualização monetária de créditos tributários e outras; despesas financeiras, composta por juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamentos e outras, além de Ganhos em operações com derivativos, Perdas em operações com derivativos e Variação cambial líquida), pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas se refere ao EBITDA que foi ajustado para excluir o resultado da equivalência patrimonial da Rothy's e o resultado das operações descontinuadas, quais sejam: (i) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a venda da Osklen e despesas residuais da operação da marca Mizuno e (ii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a venda da Osklen e a despesas da venda da operação da marca Mizuno.

O EBITDA Normalizado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se refere a despesas com *impairments* dos ágios referentes aos investimentos na Rothy's e loasys, despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC, despesas com simplificação da estrutura, despesas com baixa de intangível relacionada a sistemas, despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial e com consultorias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, se refere a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativos a contrato de centro de serviços compartilhados.

A Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas é um indicador calculado através da divisão do EBITDA Ajustado Operações Continuadas pela Receita Operacional Líquida do período. Já a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita Operacional Líquida do período.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Normalizado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Normalizada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e

2.5 Medições não contábeis

não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias.

Seguem, abaixo, os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Normalizado, da Margem EBITDA Operações Continuadas e da Margem EBITDA Normalizada da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(R\$ milhões, exceto percentuais)	2023	2022	2021
EBITDA	(1.777,7)	289,4	780,0
EBITDA Ajustado Operações Continuadas	(1.355,7)	550,5	750,0
EBITDA Normalizado	214,8	689,1	761,7
Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas	-36,3%	13,2%	19,0%
Margem EBITDA Normalizada	5,8%	16,5%	19,2%

Posição Financeira Líquida

A Posição Financeira Líquida é mensurada como Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, menos Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante. Posição Financeira Líquida é uma medida não contábil complementar da condição financeira da Companhia e é utilizada na tomada de certas decisões pela Administração. A apresentação desta métrica não indica que todo o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras estão disponíveis para pagar os Empréstimos e Financiamentos, particularmente pois parte dos saldos são necessários para prover capital de giro para os negócios da Companhia e adicionalmente, parte do caixa é de uso restrito.

(R\$ milhões)	2023	2022	2021
Posição Financeira Líquida	(551,2)	(612,3)	481,5

ROAE (Return on Average Equity)

O ROAE (Return On Average Equity) consiste no lucro líquido do exercício dividido pelo patrimônio líquido médio (calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior) da Companhia ("ROAE").

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O ROAE não possui um significado padrão e, desta forma, outras empresas podem calcular o ROAE de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores do ROAE para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em percentuais)	2023	2022	2021
ROAE	-39,4%	2,4%	21,4%

2.5 Medições não contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado Operações Continuadas, do EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e da Margem EBITDA Ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

CÁLCULO DO EBITDA (R\$ milhões)	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(1.867,5)	108,5	692,6
Resultado financeiro	95,9	(69,8)	(95,3)
Receitas financeiras	(98,1)	(112,5)	(49,6)
Despesas financeiras	187,6	90,9	30,4
Ganhos em operações com derivativos	-	-	(4,7)
Perdas em operações com derivativos	-	193,0	4,6
Variação cambial líquida	6,4	(241,2)	(76,0)
Imposto de renda e contribuição social	(217,4)	87,2	51,9
Corrente	(7,2)	17,5	(6,0)
Diferido	(210,2)	69,7	57,9
Depreciação e amortização	211,2	163,5	130,8
(=) EBITDA	(1.777,7)	289,4	780,0
Resultado das operações descontinuadas	-	75,2	(30,0)
Equivalência patrimonial	422,0	185,9	-
(=) EBITDA Ajustado Operações continuadas	(1.355,7)	550,5	750,0
Saldo de outras (receitas) despesas não usuais e com característica de não recorrentes ⁽¹⁾	1.570,5	138,6	11,7
(=) EBITDA Normalizado⁽²⁾	214,8	689,1	761,7
Receita operacional líquida	3.734,1	4.181,9	3.948,6
Margem EBITDA Ajustado Operações continuadas	-36,3%	13,2%	19,0%
Margem EBITDA Normalizada	5,8%	16,5%	19,2%

⁽¹⁾ O saldo de outras despesas (receitas) não usuais e com característica de não recorrentes corresponde: (i) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, se refere a despesas com impairments dos ágios referentes aos investimentos na Rothys e loasys, despesa com provisão para perda do contas a receber pela venda da ASAIC, despesas com simplificação da estrutura, despesas com baixa de intangível relacionada a sistemas, despesas relacionadas ao projeto de reconfiguração industrial e com consultorias, (ii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesas com reestruturação de operações internacionais e despesas com reestruturação de serviços de terceiros relativo a contrato de centro de serviços compartilhados e (iii) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a despesas com operações de compra e venda de participações de sociedades e ativos (M&A).

⁽²⁾ O EBITDA Normalizado se refere ao EBITDA de Operações Continuadas ajustado para excluir ou adicionar as receitas (despesas) que, no entendimento da Companhia, são não usuais e com características de não recorrentes em cada exercício e auxiliam a administração da Companhia para medir o desempenho operacional por meio do EBITDA Ajustado.

2.5 Medições não contábeis

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Posição Financeira Líquida para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

CÁLCULO DA POSIÇÃO FINANCEIRA LÍQUIDA (R\$ milhões)	2023	2022	2021
Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante	(1.485,6)	(1.275,3)	(110,5)
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras não circulante	934,4	663,0	592,0
Posição Financeira Líquida	(551,2)	(612,3)	481,5

A tabela abaixo evidencia os nossos valores do ROAE nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

	Em 31 de dezembro de		
(Em R\$ mil, exceto percentuais)	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(1.867,5)	108,5	692,6
Patrimônio Líquido	3.727,5	5.759,8	3.467,2
Patrimônio Líquido Médio ⁽¹⁾	4.743,7	4.613,5	3.242,9
ROAE	-39,4%	2,4%	21,4%

(1) Calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício social base e o patrimônio líquido do exercício social anterior ao base.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser medida prática para aferir o desempenho operacional e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente. O EBITDA é informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição ao lucro líquido, fluxo de caixa e/ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias. Não

2.5 Medições não contábeis

obstante, o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do Art. 3º, inciso I, da Resolução da CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA apresentados por outras empresas.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas foram apresentadas para demonstrar o desempenho operacional das operações continuadas da Companhia, excluindo a equivalência patrimonial da Rothy's e as operações que foram classificadas como ativo mantido para venda, quais sejam: (i) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a venda da Osklen e despesas residuais da operação da marca Mizuno e (iii) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a venda da Osklen e a conclusão da venda da operação da marca Mizuno. Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA Normalizado e a Margem EBITDA Normalizada, por sua vez, funcionam como medidas não contábeis utilizadas pela administração da Companhia para medir o desempenho operacional, excluindo receitas ou despesas que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional, pois facilita a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos. A Companhia entende que essas medidas auxiliam na compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa, excluindo receitas ou despesas não usuais e com característica de não recorrentes ou que possam distorcer a leitura do investidor sobre o efetivo desempenho operacional. Além disso, a Companhia acredita que os indicadores acima descritos oferecem aos investidores informação adicional para uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

O EBITDA Ajustado Operações Continuadas, o EBITDA Normalizado, a Margem EBITDA Ajustado Operações Continuadas e a Margem EBITDA Normalizada não são medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativas para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicadores de liquidez. Também não têm uma definição padronizada e podem não ser comparáveis aos mesmos indicadores utilizados por outras companhias.

A divulgação de informações sobre a Posição Financeira Líquida visa a apresentar visão geral da posição financeira da Companhia na gestão dos negócios da Companhia. A Companhia entende que essa medida funciona como ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.5 Medições não contábeis

A divulgação da medição do ROAE (Return on Average Equity) é útil para a avaliação do nosso resultado e do nosso retorno em relação ao nosso patrimônio líquido médio, pois é uma ferramenta comparativa significativa para mensurar o desempenho operacional e, assim, embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes após as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, cuja emissão foi autorizada em 07 de fevereiro de 2024.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Política de destinação dos resultados

A destinação dos resultados da Alpargatas, nos três últimos exercícios sociais, seguiu o estabelecido em seu Estatuto Social, bem como na sua Política de Destinação de Resultados, a qual replica em seu texto as disposições do Estatuto Social referentes às regras de destinação de resultado da Companhia, conforme descritos a seguir:

(a) Regras sobre a retenção de lucros

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 30 prevê que o Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal, até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingências, quando as circunstâncias assim o recomendarem. O parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após deduções legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável. O parágrafo 2º prevê que por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir: (i) meios financeiros para a operação da Companhia; (ii) recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações; e (iii) o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital nas empresas participadas; sendo tal Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no §1º deste Artigo, não podendo exceder 95% (noventa e cinco por cento) do capital social.

O parágrafo 3º prevê que o saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, com base em proposta a ser feita pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo Art. 30, parágrafo 1º prevê que do lucro remanescente, após as destinações legais, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

O Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 32 prevê que o dividendo de cada exercício poderá ser pago antecipadamente em quatro ou mais parcelas trimestrais ou em intervalos menores, por conta do resultado do exercício, de lucros acumulados ou de reservas de

2.7 Destinação de resultados

lucros, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76 ou na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.

O parágrafo 1º prevê que as antecipações de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio serão declaradas pelo Conselho de Administração, e serão lastreadas nos últimos balanços trimestrais e de encerramento do exercício, conforme o caso. O parágrafo 2º prevê que o dividendo e/ou os juros sobre capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data da reunião do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral que o declarar, sendo que o parágrafo 3º do mesmo artigo prevê que a Assembleia Geral poderá estender o prazo de pagamento do dividendo indicado acima, desde que dentro do exercício social em que foi declarado.

(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Estatuto Social da Alpargatas em seu artigo 31 diz que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração o julgar incompatível com a situação financeira da Sociedade, observado o que dispõe o § 4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

(e) Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 30 de junho de 2021 (“Política de Destinação de Resultados”).

A última versão da Política de Destinação de Resultados está disponível para consulta no website da Companhia (ri.alpargatas.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No ano de 2023, foram investidos R\$332 milhões, dos quais: (i) R\$198 milhões direcionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística ("ILEP"), que visa à ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria do nível de serviço e (ii) R\$134 milhões em projetos de transformação digital, inovação e outros investimentos.

Em Fevereiro de 2024 a Administração da Companhia aprovou investimento (CAPEX) total de R\$ 181 milhões, dos quais: (i) R\$94 milhões direcionados a projeto ligados a sustentação da operação; (ii) R\$56 milhões destinados a projetos que visam redução de custos e ganho de eficiência e (iii) R\$31 milhões referente a projetos com foco no crescimento da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende usar recursos próprios e/ou créditos junto a instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos realizados pela Companhia nos últimos três exercícios sociais são: (i) venda de participação na Osklen (operação concluída) e (ii) venda da operação de Mizuno. Para mais informações sobre essas operações, ver item 2.4 deste Formulário de Referência.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano, foram investidos R\$332 milhões, dos quais: (i) R\$198 milhões direcionados ao Programa de Excelência em Manufatura e Logística ("ILEP"), que visa à ampliação da capacidade produtiva, ganho de eficiência industrial e melhoria do nível de serviço e (ii) R\$134 milhões em projetos de transformação digital, inovação e outros investimentos.

(c) Novos produtos e serviços: (i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços; (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados e (v) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia realiza investimentos permanentes em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos. As coleções de sandálias, calçados e vestuários são renovadas anualmente. O

2.10 Planos de negócios

gasto com pesquisa e desenvolvimento de produtos em 2023 foi de R\$24,1 milhões, 2022 foi de R\$24,7 milhões e em 2021 foi de R\$21,0 milhões.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios relacionados a questões ASG

A Companhia conta hoje com sua Estratégia de Sustentabilidade, desdobrada a partir de nossa Estratégia Corporativa, que tem por objetivo direcionar e traduzir a nossos públicos de relacionamento o nosso compromisso com a continuidade e a qualidade do nosso negócio, e com a sociedade na qual estamos inseridos.

A Estratégia de Sustentabilidade da Alpargatas se desenvolveu com base nos temas que são mais materiais para o negócio e para as partes que, direta ou indiretamente, se relacionam com ele. O levantamento desses temas busca capturar e traduzir a diversidade de visões, compreensões e expectativas sobre empresa, bem como pontos sensíveis, de impacto, risco e preservação de valor. Como resultado do processo, nossos focos de atuação estratégica emergiram e, conseqüentemente, pautam nossa direção.

Hoje contamos com 3 pilares principais de atuação: 1. ECONOMIA CIRCULAR - onde são trabalhadas oportunidades em uma perspectiva de cadeia de valor, desde a concepção de nossos produtos e embalagens, até a disposição final dos resíduos pós-consumo; 2. OPERAÇÕES RESPONSÁVEIS - onde são trabalhadas oportunidades de otimização e melhoria em nossa produção (mas de forma não limitada a nosso controle operacional), permeando esforços de descarbonização, eficiência e matriz energética e gestão da cadeia de fornecedores e 3. D&I E DESENVOLVIMENTO LOCAL - que busca evolução tanto em nossas práticas internas e em nosso capital humano, como nas regiões nas quais estamos presentes operacionalmente. Essa estrutura é um guia para nossa caminhada, amarrando comprometerimentos de longo prazo e atuação prática necessária.

O ano da publicação foi 2022, sendo 2023 o primeiro ano de implementação. Para maiores informações, acessar: <https://alpargatas.com.br/sustentabilidade>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores com influência relevante no desempenho operacional

Não existem outros fatores relevantes que não tenham sido comentados nos itens anteriores

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Alpargatas possui uma Política de Gestão de Riscos que foi elaborada em 20 de janeiro de 2017, tendo sido revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2019 (“Política de Gestão de Riscos”).

O inteiro teor de nossa Política de Gestão de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (<https://ri.alpargatas.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Como complemento a Política de Gestão de Riscos, a Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos de mercado, que tratam dos riscos financeiros aos quais a Companhia está exposta devido às oscilações de variáveis tais como câmbio e taxas de juros. As políticas de gerenciamento de riscos de mercado vigentes e aprovadas pela Companhia são:

- Política de Gestão de Riscos de Mercado – Aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.
- Política de Gestão de Caixa e Aplicações Financeiras - Aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.

b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo identificar os fatores de riscos aos quais a Companhia está exposta, avaliar o apetite a risco da companhia e realizar o monitoramento e controle para a mitigação destes riscos.

A Política de Risco Cambial tem como objetivo estabelecer diretrizes para o monitoramento do risco cambial e a execução das operações de hedge. A Política de Gestão de Caixa e Aplicações Financeiras visa garantir o alinhamento das decisões de investimento das disponibilidades com os interesses dos acionistas. Busca manter a liquidez apropriada do caixa; preservar o capital do acionista e controlar a diversificação das aplicações financeiras. Não há política de risco de mercado de preços de commodities, uma vez que a Alpargatas entende que não há instrumentos derivativos que sejam eficientes na mitigação do risco de preços das commodities em questão. No entanto, a empresa possui medidas para mitigar o risco de variação no preço/custo da borracha sintética.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

- **Riscos Estratégicos:** Riscos associados à tomada de decisão da administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na receita ou no capital da Companhia em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

da inabilidade da Alpargatas em implantar seus planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

- **Riscos Financeiros:** Riscos cuja materialização resulte em perdas de recursos financeiros pela Companhia, subdivididos nas seguintes categorias:
 - **Risco de liquidez:** é traduzido pela possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas. Este risco pode também ser classificado como risco de fluxo de caixa, dada a possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da Companhia.
 - **Risco de mercado:** este risco mede a possibilidade de perda econômica gerada pela variação nos fatores de risco de mercado aos quais os preços dos ativos, passivos e derivativos possuam sensibilidade. O horizonte de tempo da análise é tipicamente de curto prazo e inclui o risco de variação: cambial, das taxas de juros e dos preços de mercadorias (commodities).
 - **Risco de crédito:** é a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira.
- **Riscos de Compliance:** Riscos decorrentes de sanções legais ou regulatórias, e de perda de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta ou das políticas da Companhia.
- **Riscos Operacionais:** Riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de seus recursos.
- **Riscos Cibernéticos:** Riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas, internas ou externas. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais), impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e das informações.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Alpargatas possui os seguintes instrumentos utilizados para proteção:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Programa de Gestão de Fornecedores com avaliação financeira e documentação legal, visita técnica para homologação, auditoria de rastreabilidade e follow-up de plano de ação;
- Auditoria Interna independente para aferição da efetividade nos processos administrativos, operacionais e ambientais;
- Área de Compliance, responsável pela gestão e implantação do Programa de Compliance, incluindo a gestão do Canal de Denúncia e outras medidas para garantir a aplicação das diretrizes descritas nos Princípios de Conduta e Ética da Alpargatas, no Manual Anticorrupção e demais políticas da Companhia;
- Plano Orçamentário Anual com validação pelo Conselho de Administração e acompanhamento periódico; e
- Apólices de seguros ativas para os principais riscos (como descritos no item 4.1).

Além dos instrumentos acima mencionados, após identificação e avaliação dos riscos, a Companhia define qual o tratamento que será dado aos riscos, com base em sua criticidade e o apetite a riscos. Este conhecimento prévio dos riscos apoia a definição e priorização de esforços relativos a ações e/ou projetos.

Quanto aos riscos de mercado, a estratégia de proteção quanto ao risco cambial e taxas de juros envolve a contratação de operações de hedge, e está relacionada com o impacto das operações em moeda estrangeira e de taxa de juros no fluxo de caixa da Companhia. As operações de hedge são executadas sobre as exposições descasadas mensais, ou seja, para posições que tenham proteção natural é considerada somente a parcela descoberta. São escolhidos os instrumentos derivativos elegíveis que melhor se adaptem às condições de mercado e que mitiguem a exposição ao risco cambial e de taxa de juros. É de responsabilidade da área de Administração Financeira se certificar de que as operações sejam elaboradas dentro dos parâmetros justos de mercado. Todas as operações realizadas deverão ter cotação de no mínimo três instituições financeiras.

Os instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge são: contratos de Swap; contrato a termo (NDF – non-deliverable forward) e compras de opções de compra (call) e venda de opções de venda (put) de moeda sem alavancagem.

A Companhia segrega as exposições cambiais de fluxo de caixa entre realizadas (certeza) e projetadas e faz hedge de 100% do realizado para os três meses seguintes ao mês de apuração das exposições e faz hedge de 40% a 100% das exposições projetadas. Mensalmente, essas projeções são revisadas a fim de que, caso necessário, a Companhia realize os devidos ajustes nas operações de derivativos contratadas de modo a manter o enquadramento dentro dos intervalos de proteção citados acima.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados não têm outro objetivo além de proteção contra o risco cambial e de taxa de juros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é de responsabilidade de cada área funcional da empresa bem como da Diretoria, porém há uma estrutura organizacional dedicada para tal fim. As áreas funcionais de Finanças e de Controles Internos são responsáveis por controles internos, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são acompanhados e avaliados anualmente pelas Auditorias Interna e Externa (como descritos no item 5.3 b) com supervisão do Comitê de Auditoria.

Apresentamos abaixo as responsabilidades segregadas pelos órgãos/áreas da administração.

Conselho de Administração

- Avaliar e aprovar as diretrizes gerais das estratégias de gestão de Riscos da Companhia.
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas futuras revisões;
- Avaliar a adequação e efetividade da estrutura e do processo de gestão de Riscos, com suporte do Comitê de Auditoria e demais áreas envolvidas no processo.
- Definir o nível de Appetite a Riscos, com base nos princípios e diretrizes aqui estabelecidos;
- Aprovar, mediante proposta da Diretoria e recomendação do Comitê de Auditoria, a Matriz de Risco;
- Supervisionar e aprovar a(s) Resposta(s) ao(s) Risco(s), quando necessário

Comitê de Auditoria

- avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes, além do cumprimento dos dispositivos legais e normas internas aplicáveis;
- estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre erros ou fraudes relevantes referentes à contabilidade, auditoria e controles internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do informante, tais como seu anonimato e a confidencialidade da informação;
- recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.
- Assessorar o Conselho de Administração em suas atividades relacionadas à Gestão de Riscos, com base nos princípios e diretrizes aqui estabelecidos;
- Avaliar a necessidade de revisão desta Política de Gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos ao Conselho de Administração, quando necessário;
- Recomendar a metodologia a ser utilizada na condução do processo de Gestão de Riscos;
- Avaliar o nível de Appetite a Riscos, a Matriz de Risco e, conforme o caso, a(s) Resposta(s) ao(s) Risco(s) e Planos de Ação, recomendando ao Conselho de Administração sua aprovação;
- Acompanhar de forma sistemática a Gestão de Riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de Gestão de Riscos e de Controles, bem como do programa de Compliance da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração eventuais sugestões de alterações, caso entenda necessário;
- Validar os riscos corporativos, submetendo-os ao Conselho de Administração para aprovação; e
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de Gestão de Riscos, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

Diretoria

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, incluindo o funcionamento do Modelo das 3 Linhas, e acompanhar os Planos de Ação, definindo os responsáveis e prazos de implementação;
- Analisar a Política, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a (s) à aprovação do Conselho de Administração, após análise pelo Comitê de Auditoria;
- Manifestar-se, pelo menos anualmente, sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de Gestão de Riscos e de Controles, bem como do programa de Compliance da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Comitê de Auditoria;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de Gestão de Riscos, e
- recomendar ao Comitê de Auditoria sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

Áreas de Negócios/ Corporativas

- Atuar diretamente na Gestão de Riscos de sua área, privilegiando: a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento, de acordo com as diretrizes desta Política;
- Fornecer a documentação necessária para a área de Controles Internos referente aos Riscos identificados, reportando as informações relacionadas às suas atividades na Gestão de Riscos e de conformidade;
- Detalhar e assegurar a implementação dos Planos de Ação definidos para tratamento dos Riscos;
- Comunicar à área de Riscos tempestivamente sobre Riscos não identificados, sejam eles novos ou não, bem como mudanças nos Controles ou alterações relevantes nas rotinas ou objetivos e revisões de planejamentos;
- Desenvolver, em conjunto com a Área de Controles Internos, indicadores de monitoramento dos Riscos, critérios de classificação e propostas de limite; e
- Aprovar as políticas internas e procedimentos que direcionem as ações individuais na implementação dos conceitos de Gestão de Riscos na sua área de atuação, a fim de assegurar que as Respostas aos Riscos sejam executadas.

Áreas de Riscos

- Propor à Diretoria o nível de Appetite a Riscos da Alpargatas e as responsabilidades relacionadas às atividades de Gestão de Riscos e escopos de atuação;
- Identificar o Responsável pelo Controle, bem como a confiança e importância do risco com base no racional aprovado, monitorando e reportando à Vice-Presidência de Finanças para o devido encaminhamento do assunto à área competente, diante da respectiva gravidade;
- Preparar relatórios periódicos de consolidação dos Riscos da Companhia e submetê-los à Vice-Presidência de Finanças;
- Apoiar os gestores de processo na definição dos Planos de Ação necessários para tratamento dos Riscos e assegurar a implementação dos Planos de Ação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Apesar de não possuir comitê específico de gestão de risco, a Companhia possui 4 Comitês: Estratégia, Gente, Finanças e Auditoria. Tais comitês possuem caráter de assessoramento, com funções técnicas e reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Dentre suas atribuições, possuem o dever de observar e respeitar as políticas e práticas da Companhia, incluindo a Política de Gestão de Riscos.

Quanto aos riscos de mercado, o gerenciamento é de responsabilidade da Diretoria Financeira, utilizando-se de instrumentos aprovados no Comitê de Finanças, os quais são avaliados anualmente pela Auditoria Interna e Externa (como descritos no item 5.3 b deste Formulário de Referência), com supervisão do Comitê de Auditoria.

Em 06 de outubro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Finanças cujos membros estão descritos no item 7.4 e as principais competências de acordo com o seu regimento interno estão descritas no item 7.2 deste Formulário de Referência.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área dedicada de Controles Internos, e as áreas funcionais têm colaboradores e comissões internas (e.g. Comissão de Crédito, Hedge e Funding, Tributário, etc.) que também se responsabilizam pela aplicação e verificação da efetividade das políticas de gerenciamento de risco.

Além disso, o Comitê de Auditoria da Companhia tem como competência avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes, além do cumprimento dos dispositivos legais e normas internas aplicáveis.

Acreditamos que nossa estrutura operacional e de controles internos está adequada para a verificação da efetividade da nossa Política de Gestão de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação de processo de gestão de riscos, em diferentes níveis da organização, incluindo a identificação do responsável pelo controle bem como o cálculo da probabilidade e impacto do risco.

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados periodicamente, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Área de Gestão de Riscos da Companhia deve sugerir os critérios considerados para cálculo da probabilidade e impacto dos riscos. Anualmente, a Companhia deve promover validação ou atualização de referidos parâmetros.

É realizada uma avaliação dos riscos identificados, que envolve processos dinâmicos e interativos que devem: (i) verificar quais riscos necessitam de tratamento; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de probabilidade que são utilizados para a definição do mapa de riscos.

Depois de identificados e avaliados, deve-se definir qual o tratamento que será dado aos riscos, com base em sua criticidade e o apetite a riscos. Este conhecimento prévio dos riscos apoia a definição e priorização de esforços relativos a ações e/ou projetos.

Por fim, é realizado o monitoramento dos riscos, visando assegurar a eficácia e adequação dos controles internos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gestão de riscos. O monitoramento deve ser realizado por meio de avaliações trimestrais e isentas.

A Companhia entende que a atuação da sua estrutura de gestão de riscos e controles internos são suficientes para medir a adequação dos controles, sistemas, normas e procedimentos aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, não sendo necessárias, no momento, alterações nos processos de verificação e avaliação dos controles, bem como dos órgãos envolvidos.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As áreas de negócio possuem colaboradores capacitados e Comissões Internas responsáveis, respectivamente, pela execução e monitoramento dos controles internos.

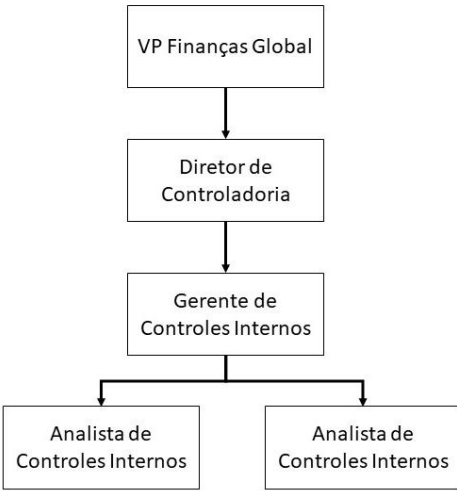
As Comissões Internas são grupos formados com participação das áreas de negócio para debater a adequação das políticas, procedimentos ou controles internos para temas específicos.

5.2 Descrição dos controles internos

A área de Controles Internos, que reporta à área de controladoria, é responsável por avaliar os controles internos necessários para mitigar os riscos relacionados aos processos-chave da Companhia e garantir a aderência aos procedimentos e controles estabelecidos pelas áreas operacionais. Adicionalmente, é responsável por acompanhar as melhorias nos processos internos, contribuindo assim para manter um ambiente de controles adequado na Companhia.

A Auditoria Interna é a área responsável pela validação da eficiência desses controles internos da Companhia, e reporta ao Comitê de Auditoria.

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia encontra-se descrita no organograma abaixo:



c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Companhia conta com o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” elaborado pela Auditoria Externa que contém observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da Alpargatas. Adicionalmente, a Companhia conta com o auxílio da Área de Riscos no papel de monitorar a efetividade dos controles internos e propor eventuais aprimoramentos, proporcionando à Administração auxílio nas atividades de gestão de riscos, governança e conformidade dos processos de elaboração das demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, periodicamente, os principais pontos dos relatórios de auditoria interna mais relevantes, contemplando informações relacionadas aos riscos avaliados, e o grau de maturidade do ambiente geral de controles.

5.2 Descrição dos controles internos

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Na auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, os auditores selecionam e executam procedimentos de auditoria para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, os auditores obtiveram o entendimento do ambiente da Companhia, o que inclui os controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Ao final de cada auditoria, os auditores emitem o relatório de recomendações sobre os controles internos da Companhia. No relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos emitido em 07/03/2024, não foram relatadas deficiências significativas.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Embora não tenham sido identificadas deficiências significativas, são feitas recomendações para aprimorar continuamente os processos de controle, as quais são incorporadas à agenda administrativa. É uma responsabilidade fundamental dos Diretores da Companhia acompanhar e monitorar as recomendações de melhoria dos controles internos mencionadas na carta emitida pelos auditores independentes durante a auditoria. Reuniões internas periódicas são realizadas para avaliar a implementação dos planos de ação elaborados para abordar essas recomendações, incluindo o cumprimento dos prazos, a atribuição de responsabilidades e a eficácia das medidas adotadas.

5.3 Programa de integridade

5.3. Programa de integridade

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui mecanismos e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, conforme destacado a seguir.

Em 2019, a Companhia passou a ter uma área de *Compliance*, responsável pela revisão dos riscos de integridade e das políticas relacionadas, alocada dentro da Vice-Presidência Jurídica e Relações Corporativas Global. Em 3 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o novo Programa de *Compliance* da Alpargatas, delimitando nove pilares de prevenção, detecção e remediação de comportamentos ilícitos ou antiéticos. Os temas de *Compliance*, norteados por tais pilares, são reportados à Alta Administração da Alpargatas em reuniões trimestrais da Comissão de Ética e *Compliance*.

Visando a ampla divulgação e conhecimento da nova versão do Código de Conduta e Ética, também aprovado pelo Conselho de Administração em 3 de dezembro de 2021, foram confeccionados seis vídeos sobre temáticas de *Compliance*, quais sejam: (i) vídeo “Manifesto do Código de Conduta e Ética”, sobre o poder das escolhas norteadas pelo respeito, integridade e responsabilidade; (ii) vídeo “Respeito às Pessoas”, sobre a primeira parte do Código de Conduta e Ética, focado nas diretrizes e orientações do “nosso jeito de ser” dentro da Companhia; (iii) vídeo “Respeito às Empresas e à Sociedade”, focando em como as relações fora da Companhia devem ser pautadas; (iv) vídeo “Responsabilidade, Integridade e Ética”, apresentando o novo Programa de *Compliance* e sua ligação com a cultura da Companhia sempre orientada pela ética e transparência; (v) vídeo “Nossos Pilares”, mostrando como o Programa de *Compliance* é dividido em nove pilares e como ele se aplica ao dia-a-dia da Companhia; e (vi) Vídeo “Vamos falar do Canal de Denúncia?”, explicando como funciona o recebimento das denúncias na plataforma e como as mesmas são endereçadas internamente. Os vídeos foram disponibilizados para os colaboradores das fábricas, na intranet e também publicamente no site de relações com investidores da Companhia.

Em 2023, em continuação à campanha de conscientização do Canal de Denúncia e para o fortalecimento de um ambiente ético e íntegro, foram disponibilizados mais nove vídeos, um sobre o funcionamento do Canal de Denúncia e oito vídeos da série “Você sabe o que é”, que visa o letramento sobre temáticas tratadas com muita relevância pela área de Compliance, quais sejam: (i) Assédio Moral; (ii) Desvio de Comportamento; (iii) Assédio Sexual; (iv) Uso Indevido de Ativos Corporativos; (v) Vazamento de Informações; (vi) Corrupção e Fraude; (vii) Conflito de Interesses; e (viii) Discriminação e Preconceito. Todos os vídeos aqui mencionados estão acessíveis no link <https://ri.alpargatas.com.br/governanca-corporativa/compliance/>.

A Alpargatas possui uma Política de Gestão de Riscos, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2019. A Política estabelece as diretrizes a serem observadas no processo de gestão de riscos da Alpargatas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos

5.3 Programa de integridade

negócios. Essa política está sob a gestão da área de Controles Internos, que apoia a área de *Compliance* no monitoramento de todos normativos da Companhia.

Após atualização anual da matriz de riscos, a Auditoria Interna inclui na programação de trabalhos as áreas ou processos mais suscetíveis a fraudes ou que apresentam deficiências nos controles relacionados à integridade, trabalho preventivo que busca aprimorar os níveis de controles. Além disso, a Auditoria Interna, mensalmente, realiza monitoramento contínuo dos controles relacionados à prevenção de fraudes. Uma vez que se detecta uma fraude, a Auditoria Interna é responsável pela investigação até a identificação das causas e pela proposição de melhorias. As sanções aplicáveis são definidas pela Comissão de Ética e *Compliance*.

Em relação aos possíveis ilícitos praticados contra a administração pública, a Companhia possui uma Política de Relacionamento com Agentes Públicos, que estabelece as principais regras a serem observadas no relacionamento da Alpargatas com Agentes Públicos (i) no exercício das atividades de relações governamentais; e (ii) na contratação de produtos e serviços por órgãos governamentais e empresas integrantes da administração pública direta e indireta, visando prevenir e combater fraudes ou corrupção, e garantir a atuação ética e transparente dos empregados e administradores. A referida política foi atualizada pela área de *Compliance*, e sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu em 3 de dezembro de 2021. Em 2022 a área de *Compliance* realizou uma pesquisa interna para mapear todos os funcionários que possuem direta ou indiretamente uma relação com agentes públicos e em 2023, foram realizados treinamentos sobre interação com Agentes Públicos para o público que foi identificado em tal pesquisa, reforçando comportamentos éticos e alertas para proteção individual e da empresa em eventuais abordagens indevidas feitas por agentes públicos. Ainda em 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política Anticorrupção, condensando as melhores práticas para prevenção de atos ilícitos durante a condução dos negócios da Companhia.

Finalmente, a Alpargatas possui um Manual Anticorrupção e Boas Práticas, baseado na Lei nº 12.846/13, revisado em 2023, e disponível no site da Companhia no link <https://ri.alpargatas.com.br/governanca-corporativa/compliance/>. A sua linguagem simples permite um entendimento amplo, mas seus tópicos são reforçados em comunicações internas, workshops e *e-learning*. Adicionalmente, nos contratos celebrados pela Alpargatas com terceiros, há uma cláusula prevendo respeito às regras do Código de Conduta e Ética e, no momento do cadastro de fornecedores, há a necessidade de assinatura pelos nossos parceiros do Termo de Adesão a tal Código e ao Manual Anticorrupção.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de *Compliance*, dentro da Vice-Presidência Jurídica e Relações Corporativas Global, é responsável pela implantação e gestão do Programa de *Compliance* da Alpargatas. Suas atividades e seu planejamento respectivo são compartilhados nas reuniões da Comissão de Ética e *Compliance*, cuja atuação e competência está prevista na Política da Comissão de Ética e

5.3 Programa de integridade

Compliance, revisada pela área de *Compliance* em 2021 e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021.

A área de *Compliance* é também responsável pela gestão do Canal de Denúncias, sendo que a Política de Recepção e Tratamento de Denúncias, que estabelece diretrizes para a recepção, investigação e tratamento de denúncias, foi revisada por tal área em 2021 e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021. Os relatos recebidos e que exigem investigação são encaminhados à Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria também recebe as denúncias em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Os resultados são reportados à Comissão de Ética e *Compliance*, órgão independente com reporte direto ao Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria receberá e tratará eventuais denúncias relacionadas aos membros da Comissão de Ética e *Compliance*, discutindo com o Conselho de Administração sobre as medidas cabíveis e necessárias para a apuração dos fatos e informações objeto da denúncia.

Em 2021, foi implementado um Relatório de Acompanhamento de Denúncias, compartilhado com a Comissão de Ética e *Compliance* e Comitê de Auditoria, contendo informações sobre os relatos feitos no Canal de Denúncia por data do relato, resumo do caso, status das investigações e medidas adotadas para os casos encerrados. Os relatos são organizados em três grupos: (i) casos de relacionamentos interpessoais; (ii) casos de má conduta ou ilícitos; (iii) casos de descumprimentos de normas e políticas internas. Anualmente, é reportado para toda a Companhia, através de e-mail corporativo, mural nas fábricas ou TVs espalhadas por todas as unidades, um relatório simplificado, a fim de proteger o sigilo e confidencialidade dos fatos e das pessoas envolvidas, o total de denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia no ano anterior, com os indicadores de conclusão e categoria já mencionados neste parágrafo.

A Comissão de Ética e *Compliance* da Alpargatas é composta pelo Presidente, Vice-Presidente de People, Vice-Presidente Industrial, Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Vice-Presidente Jurídico e Relações Corporativas Global, bem como pelo Gerente de Auditoria Interna, pela Diretora de Sustentabilidade e Reputação Corporativa e pela Diretora de *Compliance*, esta última responsável por submeter à referida Comissão e ao Comitê de Auditoria os projetos do Programa de *Compliance*, para os quais deverá haver dotação orçamentária específica.

A partir de novembro de 2022, foi implementado na Companhia um sistema para cadastro de fornecedores, chamado Alpaflow, no qual as áreas de Suprimentos, *Compliance*, Gestão e Desenvolvimento de Fornecedores e Fiscal participam de diferentes etapas dentro do fluxo. Para a área de *Compliance*, todos os fornecedores passam por um filtro, de acordo com a Matriz de Criticidade, para realização da análise reputacional, ou *background check*, na qual se procura, em fontes públicas, problemas associados a pendências financeiras, tributárias, regulatórias, judiciais, previdenciárias e trabalhistas e mídias negativas e/ou relevantes que possam apresentar riscos reputacionais para a Companhia. Neste sistema, é colhido, de forma eletrônica, o aceite ao Termo

5.3 Programa de integridade

de Adesão ao Código de Conduta e Ética e do Manual Anticorrupção e Boas Práticas. Em 2023, foram realizadas 2.587 análises reputacionais de parceiros da Alpargatas.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética que se aplica a todos os seus colaboradores, diretores, conselheiros de administração, conselheiros fiscais, membros dos comitês, fornecedores, prestadores de serviços e quaisquer terceiros com quem a Alpargatas se relacione, independente de cargo ou função. A última versão deste documento foi aprovada em 3 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível no site institucional, de relações com investidores (ri.alpargatas.com.br), na intranet da Companhia.

Tal documento visa reafirmar o compromisso da Companhia de incorporar em seus processos as práticas de gestão responsável baseadas na ética e na transparência. O aceite ao Código de Conduta e Ética é obrigatório para todos os colaboradores da Companhia, enquanto todo fornecedor da Companhia deve assinar o Termo de Adesão para Fornecedores, de forma eletrônica via Alpaflow, estando ciente de que a não adesão ao documento poderá resultar na rescisão do seu respectivo contrato.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares que tem como objetivo estabelecer regras e requisitos gerais para a tomada de decisão envolvendo aplicação de sanções e decorrência de práticas contrárias aos princípios e ética da empresa. A escolha sobre o tipo de medida a ser adotada em casos concretos de violação de tais princípios e ética é definida pela Comissão de Ética e *Compliance*, de acordo com a gravidade da infração. Tal política foi revisada em 2021 pela área de *Compliance* e aprovada pelo Comitê de Auditoria em 30 de junho de 2021.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

5.3 Programa de integridade

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 3 de dezembro de 2021, seu novo Código de Ética e Conduta. Tal normativo também obteve a aprovação da Comissão de Ética e *Compliance* e do Comitê de Auditoria. Tal documento está disponibilizado nos sites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Canal de Denúncias.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia dispõe de um canal específico para recebimento de denúncias ("Canal de Denúncia"). No Brasil, o Canal de Denúncia funciona por meio do número de telefone 0800 770 7791 ou por meio da web, no site www.canaldedenuncia.com.br/alpargatas. Para as demais operações internacionais, o Canal de Denúncia funciona por meio da internet, através do site www.compliancehelplinealpargatas.com, podendo ser acessado nos idiomas espanhol e inglês. O Canal de Denúncia é uma ferramenta independente e imparcial, operada por um prestador de serviços de renome internacional, que assegurará a confidencialidade das informações e denúncias recebidas. O Canal de Denúncia também está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. Manifestações anônimas também serão recebidas. As denúncias poderão ainda ser relatadas por qualquer outro meio, incluindo pelo e-mail: compliance@alpargatas.com.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncia é aberto para recebimento das denúncias tanto de empregados como de terceiros, e está disponibilizado nos canais internos e no site institucional da Companhia. Adicionalmente, todos os fornecedores e prestadores de serviços, para serem cadastrados em nossos sistemas de pagamento, necessitam concordar com o Código de Conduta e Ética da Alpargatas onde constam todos os detalhes de acesso ao Canal de Denúncia. A Alpargatas não mantém parceria com os terceiros que não concordam com o conteúdo do documento referido.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Em cumprimento às boas práticas de governança corporativa, a Alpargatas disponibiliza um canal aos seus administradores, empregados, prestadores de serviço, fornecedores e ao público em geral para denunciar de forma anônima atitudes e atividades antiéticas ou qualquer conduta que viole as diretrizes expostas no Código de Conduta e Ética da Alpargatas e nas políticas internas a este relacionadas.

O referido Canal de Denúncia, operado por um terceiro independente, prevê a possibilidade e garante o anonimato, conforme opção do denunciante. Em nenhuma hipótese haverá retaliação

5.3 Programa de integridade

ou punição ao denunciante de boa-fé, anônimo ou não. Desta forma, mesmo nos casos em que o denunciante escolhe identificar-se na plataforma do Canal de Denúncia, seu nome é preservado e protegido nos fóruns de discussão dos relatos.

Uma vez recebidas, as denúncias são analisadas, primeiramente, pelo prestador de serviços que opera o Canal de Denúncia. Após essa primeira avaliação, as denúncias são encaminhadas para a área de *Compliance* da Companhia, que, com o apoio da Auditoria Interna, conduz as investigações sobre o relato. Por fim, a área de *Compliance*, com base no resultado da apuração da denúncia, encaminhará o caso para a Comissão de Ética e *Compliance*, que, conforme a gravidade da situação, irá deliberar as medidas cabíveis para o caso concreto. Em todas as etapas há preocupação em se proteger a identidade das pessoas envolvidas, tanto do denunciante quanto do denunciado.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Todas as denúncias são recebidas pela área de *Compliance* da Companhia e investigadas com o apoio da Auditoria Interna, contando com o auxílio de pontos focais em cada unidade da Alpargatas, chamados de “Embaixadores de *Compliance*”. Em 2022, foram recebidas 402 denúncias por meio do Canal de Denúncia.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não aplicável, pois a Companhia não cometeu nenhuma irregularidade contra a administração pública.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme detalhado nos itens anteriores.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não foram detectadas, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gestão de Riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.